

# Feijão-bóer agita o país

Liberalização das  
exportações gera  
guerra entre Governo e  
operadores

Tribunal Administrativo  
entra em cena e suspende  
saída do produto para  
a Índia

Agentes comerciais  
denunciam existência de  
cartéis com protecção  
política

# COMPRE TRACTORES

**Novos**  
ou  
**Recondicionados**  
e Respectivas  
**Alfaias**



**Para  
Encomenda  
Contacte-nos**

*terramagazinemz@gmail.com*

# CONTEÚDOS



## 18

### PLANETA À ESPERA DE DECISÕES DE DUBAI

Cimeira do ambiente arranca num misto de expectativas que mais se resumem numa questão que vale um milhão: perante os alarmes que há muito soam sobre o futuro, será desta que sairão compromissos para acções práticas em prol do clima (?)

## 10 AGRICULTURA COM PREVISÕES DE CRESCIMENTO TÍMIDO PARA 2024

O Governo projecta um modesto crescimento de produção agrária para o próximo ano, período que, ao nível orçamental, a dotação prevista mostra uma redução significativa, comparativamente a 2023.

## 09 CERVEJEIRAS AFECTAM RESERVAS DE MILHO PARA CONSUMO EM NAMPULA

O crescimento da procura do milho para a produção de cervejas está a afectar as reservas alimentares nas famílias em alguns distritos da província de Nampula, norte do país.

## INDÚSTRIA DE ÓLEOS PEDE MAIS TEMPO DE ISENÇÃO DO IVA

A Associação das indústrias nacionais de Óleos e Produtos Afins (AIOPA) quer prolongamento da isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em vigor na importação de matérias-primas para o sector.

## 21 ESTUDO REVELA PROPRIEDADES MEDICINAIS DA MULALA

Um estudo da *Euclea natalensis* revela as potencialidades daquela raiz como alternativa para o combate à *Candida albicans* e *Streptococcus pneumoniae*, doenças que se têm mostrado resistentes a antimicrobiana.



## FEIJÃO-BÓER: UM NEGÓCIO DA ÍNDIA QUE AGITA MOÇAMBIQUE 06

A substituição do sistema de quotas pela liberalização das exportações de feijão-bóer para a Índia está a agitar o país. Na guerra entre os *player's* o processo está suspenso por ordem da Justiça.



## CHÓKWÈ: PRODUÇÃO DE ARROZ AOS SOLAVANCOS 12

A produção do arroz no distrito de Chókwè, província de Gaza, continua a perseguir a meta dos anos de glória. Os produtores fazem a sua parte, mas continuam a encalhar nos mesmos problemas de sempre: insumos certificados.



## APROVADAS REFORMAS NA LEI DE FLORESTAS E FAUNA BRAVIA 20

**Aceda a nossa**  
*plataforma*  
**online através do**  
*www.revistaterra.co.mz*



## Ficha técnica

### Propriedade

WISE Communication Lda

### Publicação:



### Revista Terra

Rua da Resistência n.º  
1642, 3º Andar, Porta M  
Telef.: +258842399758,  
+258847322282 e  
+258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com

### Registo sob n.º

122/GABINFO/  
DEPC/210/2022

### Editor

William F. Mapote

### Redacção:

William Mapote  
Julio Armino F.  
Guilherme FM  
Israel Falcão

### Colaboradores permanentes:

Arcelino S. Cumbi  
(Inhambane)

Nordino Gabriel (Cabo Delgado)

Carma S. (Nampula)

### Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

### Maquetização

Revista Terra  
Flora Langa

### Fotografia

Albino Mahumana

### Online

Rui Baltazar

### Webdesign

Rui Baltazar

### Administração:

Narciso Filimão

website: www.  
revistaterra.co.mz

Twitter:  
@revistaterramz

# Editorial

## Música para maluco dançar

O cronómetro da natureza não falha e, felizmente, os serviços meteorológicos têm mostrado sinais positivos de capacidade de previsão e alerta.

Entramos em mais uma época chuvosa e os sinais que os meteorologistas nos fazem chegar são claros: o país vai enfrentar fenómenos extremos e distintos. Chuva que pode atingir níveis acima do normal em certas regiões do país e seca severa em alguns distritos, com destaque para a província de Gaza.

Na equação há também, pelo meio, o factor ciclones que podem voltar a fazer manobras pelo país.

Na verdade, não se trata de nada de novo. É um ciclo da natureza que no caso da chuva e ciclones, tem um calendário anual e quase certo, e a seca, intervalos de tempo relativamente longos.

A questão agora é o que temos aprendido com estes fenómenos, de modo a minimizar os devastadores impactos económicos e sociais e tornar a chuva, por exemplo, uma bênção e não mal-

dição.

Os problemas estão identificados, as zonas de risco são conhecidas, as soluções, não precisamos inventar, mas, ainda assim, os alertas dos meteorologistas continuam a ser apenas como Música para maluco dançar.

Os planos de contingência continuam mais reactivos e pouco preventivos. Nas zonas de risco ou nas que já sentiram a força da chuva extrema, a situação continua a mesma e, apesar de alguma intenção, ao nível de infraestruturas, a reconstrução continua, regra geral, com fracos padrões de resiliência, fazendo prever que, caso se confirmem os alertas, a presente época chuvosa será, mais uma vez, de lágrimas.

O problema das cheias não é moderno. A seca também não é fenómeno de hoje. Certo que as mudanças climáticas estão a agravar a situação, contudo, há impactos que podem ser minimizados, bastando que haja Planificação, Foco, Mobilização e Determinação.

***Os problemas estão identificados, as zonas de risco são conhecidas, as soluções, não precisamos inventar, mas, ainda assim, os alertas dos meteorologistas continuam a ser apenas como Música para maluco dançar.***



*William Mapote*  
E-mail: wilpote@gmail.com



**FEIJÃO – BÓER**

# Um negócio da Índia que agita Moçambique

A exportação do feijão-bóer para o mercado indiano está a criar um ambiente de cortar à faca entre o Governo e os comerciantes nacionais. Confusão na questão de quotas de exportação deixa milhares de toneladas nos armazéns e investidores com nervos à flor da pele.



Um dos tipos de feijão-bóer produzidos no país

**A** abertura do mercado indiano para uma quantidade ilimitada de feijão-bóer moçambicano, anunciado em Março do ano em curso está a agitar os operadores nacionais que têm naquele produto, uma das commodities de eleição.

Com o compromisso da Índia de absorver toda a produção nacional daquele tipo de feijão, eliminando a barreira então vigente de 200 mil toneladas, antigos e novos operadores decidiram aumentar os investimentos para comprar a produção dos camponeses, animados pelo aumento da demanda e, consequentemente, do preço do mercado. Contudo, tudo começa a mudar de figura, quando o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) decide mudar as regras do jogo.

No lugar do sistema de concurso público anual para a selecção dos exportadores e atribuição de quotas, decidiu liberalizar o mercado e deixar que cada um coloque no mercado, o quanto puder.

A liberalização não foi do agrado

***No lugar do sistema de concurso público anual para a selecção dos exportadores e atribuição de quotas, decidiu liberalizar o mercado e deixar que cada um coloque no mercado, o quanto puder***

de parte dos operadores comerciais. A Mazua Comercial lda, uma entidade baseada na cidade de Nampula, acabou submetendo um processo de impugnação no Tribunal Administrativo (AT), travando o processo de importações.

A situação dura desde Setembro passado e, na sua primeira reacção ao imbróglio, o Ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, atirou contra o promotor da acção judicial que interdita as exportações.

“Infelizmente os operadores comerciais têm sempre esse problema: eles não pensam no colectivo, não pensam no país, mas neles mesmo, e um dos operadores tentou uma acção que, infelizmente, teve provimento no Tribunal que interditou a exportação” disse Moreno, com tom de desagrado com a situação.

Para reverter a situação, o Governo submeter uma contestação ao TA.

“A nossa expectativa é que em breve teremos o assunto resolvido” disse, convicto, o Ministro no parlamento, na sessão de perguntas ao Governo.

**“Infelizmente os operadores comerciais têm sempre esse problema: eles não pensam no colectivo, não pensam no país, mas neles mesmo, e um dos operadores intentou uma acção que, infelizmente, teve provimento no Tribunal que interditiu a exportação”**



Ministro da Industria e Comércio - Silvano Moreno

### Cartéis da exportação

O que parecia um gesto cheio de boas intenções está a gerar confusão e nervosismo entre os operadores comerciais.

Através de um documento que tivemos acesso, um grupo de operadores, que não quis ser identificado, denuncia alegados esquemas que estão em volta do rentável negócio da Índia.

O grupo diz que tanto o sistema de cotas, como a liberalização, fazem parte de esquemas para beneficiar cartéis integrando pessoas da *no-menklatura* nacional.

“Ao invés de gerar os efeitos positivos esperados, este modelo acabou se tornando num mecanismo que beneficiou mais as elites políticas e fomentou a criação de cartéis compostos por quatro grupos que manipulam os concursos e, actualmente, monopolizam o direito de exportação com a colaboração das Alfândegas de Moçambique” acusam.

Segundo as fontes, apesar da interdição imposta pelo TA, há grupos ligados aos referidos cartéis que estão a realizar exportação.

“Há cartéis que controlam e usam as instituições públicas para condicionar as exportações à cobrança de

uma “taxinha” de USD 25 por tonelada, que é posteriormente compartilhada com as elites políticas e serve como recompensa para grupos empresariais que que financiaram o partido no poder, nas eleições autárquicas em Nampula” indica a carta.

Sem qualquer relação com a acusação, a Associação dos Exportadores e Importadores de Nampula, uma agremiação que junta cerca de 200 membros, olha para a confusão gerada com muita preocupação e confirma que há operadores que já tiraram feijão-bóer para a Índia.

“Saiu alguma quantidade sim, mas quem são (os exportadores) não sabemos, não conhecemos as empresas e por isso não podemos mencionar. Dos nossos associados, o maior número ainda não está a exportar e é essa a preocupação que temos” disse Hilário Mindoso, presidente da Associação dos Exportadores e Importadores de Nampula.

### Mais controvérsias

Para além do triângulo que envolve o TA, MIC e os operadores comerciais, o barulho em torno do feijão mais procurado pela Índia teve outros contornos pelo meio.

Enquanto se digeria a confusão em torno da eliminação de cotas pela liberalização, o Ministério da Agricultura

e Desenvolvimento Rural (MADER) entrou em cena.

Suspendeu a emissão de certificados fitossanitários, obrigatórios para o processo de exportação, gerando outra confusão entre os exportadores. O argumento do MADER era a descoberta de certificados falsos.

A confusão levou a que o sector empresarial, através da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), viesse a público chamar atenção do Governo sobre os constrangimentos que se registam na comercialização de alguns produtos agrícolas de exportação.

Na ocasião, a CTA pediu a “intervenção urgente”, do Presidente da República, Filipe Nyusi, uma posição que gerou mal-estar no MIC.

A questão dos certificados fitossanitários ficou para trás, contudo, o barulho na exportação continua, para já, sem fim à vista.

Refira-se que o país conta com cerca de um milhão de pequenos agricultores que cultivam feijão-bóer, sendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica e Sofala, as que maior quantidade produz.

Das contas feitas, as receitas com a exportação chegam a atingir USD

# Cervejeiras desestabilizam reserva de milho para consumo em Nampula

O crescimento da procura do milho para a produção de cervejas está a afectar as reservas alimentares nas famílias em alguns distritos da província de Nampula, norte do país.

Apesar dos dados oficiais indicarem que a província tem vindo a registar aumento dos níveis de produção daquele cereal, o crescimento da demanda pela indústria cervejeira faz com que vários produtores, incluindo familiares, apostem mais na comercialização, relegando as reservas alimentares para o segundo plano.

“A produção da cerveja criou al-

guma desestabilização em relação ao consumo humano” disse esta semana em Nampula, o Ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, falando à imprensa.

Segundo dados oficiais, a indústria cervejeira tem absorvido cerca de 30% do milho produzido em Nampula. Por outro lado, a produção de rações para animais é outro factor que faz crescer a demanda daquele cereal que, apesar de ser um dos produtos mais consumidos naquela região do país, em particular, não tem havido equilíbrio entre o comércio e as reservas para o consumo por parte da população.



## Indústria de óleos pede mais cinco anos de isenção do IVA

A Associação das indústrias nacionais de Óleos e Produtos Afins (AIOPA) quer prolongamento da isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em vigor na importação de matérias-primas para o sector.

A medida, que vigorava há quase cinco anos, abrangia, para além da importação das matérias-primas, a comercialização de produtos acabados e respectivos derivados, e era considerada pelos associados, como

um factor determinante para manter a competitividade e proteger o sector.

Quando falta um mês para o fim do período de isenção, a AIOPA esteve, recentemente, reunida com a Comissão de Plano e Orçamento da Assembleia da República, tendo apresentado, na ocasião, o pedido de intervenção daquele órgão, para que, através do parlamento, interceda no sentido de alargar a medida por mais cinco anos.

## Zona Centro em alerta de cheias

Mais de 164 mil pessoas poderão ser afectadas pelas cheias e inundações, na presente época chuvosa, nas bacias hidrográficas do Púngue e Buzi, nas províncias de Sofala e Manica.

Segundo autoridades meteorológicas, trata-se de pessoas que vivem em zonas de risco, dos distritos da Beira, Dondo, Buzi, Nhamatanda, Gorongosa, e Chibabava em Sofala, e Mossurize e Sussundenga em Manica.

Para mitigar a situação e reduzir o impacto nas comunidades, o Comité das Bacias do Púngue e Búzi, reuniu-se, recentemente, em sessão especial, tendo definido como medidas imediatas a adoptar, a construção de diques para evitar o transbordo dos rios.

## Toneladas da casca da castanha no desperdício

Cerca de 30 mil toneladas de cascas de castanha de caju são anualmente desperdiçadas em Moçambique, por falta de capacidade instalada para o seu aproveitamento.

De acordo com dados da organização francesa Nitidade, que em Moçambique opera na cadeia de valor de produtos agrícolas, das 12 empresas activas na indústria de caju ao nível nacional, apenas quatro estão a fazer aproveitamento da casca, gerando receitas, através do seu processamento.

Estudos indicam que a casca da castanha é um produto que tem alto valor comercial.

Do seu processamento se pode, por exemplo, extrair óleo usado na produção de tintas ou biocombustíveis.

# Agricultura: crescimento tímido e orçamento em queda

O Governo projecta um modesto crescimento de produção agrária para o próximo ano, período que, ao nível orçamental, a dotação prevista mostra uma redução significativa, comparativamente a 2023.

Num ano em que a campanha agrícola será afectada por um misto de situações climáticas, nomeadamente, a ocorrência do fenómeno El-Niño, que vai provocar seca em algumas regiões da zona Sul e Centro, com destaque para a província de Gaza, e cheias na zona Norte, o Governo prevê um crescimento de produção na ordem de 5.7%.

Segundo consta da proposta do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para o próximo ano, o país planifica produzir pouco mais de três milhões de toneladas de cereais, “612.216 Toneladas de leguminosas, 291.609 Toneladas de oleaginosas, 3.986.936 de hortícolas” e cerca de oito milhões de toneladas de raízes e tubérculos.

De acordo com o documento, o au-

mento da produção será influenciado pelo crescimento da área de produção em cerca de 2%, do número de famílias que praticam agricultura, o investimento em novas áreas de agricultura comercial e “incremento do número de famílias com acesso a meios de produção no âmbito da integração da agricultura familiar a diferentes cadeias produtivas de 316.235 para 455.463”.

Em termos de áreas de produção irrigada, a proposta indica também um aumento de 18.093 ha para 21.576 hectares “impulsionado pela requalificação dos regadios”.

“Em relação ao acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, prevê-se que o número de agregados familiares com acesso a assistência integral (em termos económicos, sociais e educação ambiental) passe de 976.250 para 1.200.000 em 2024” projecta o documento.

No que diz respeito a sementes certificadas, o plano estabelecido é que haja “um incremento na produção, passando de cerca 13.000 toneladas para 15.000 toneladas, impulsionado pelo incremento da área inspeccionada”, que deverá passar de 4.000 ha para 5.000 ha “,indica o documento.

## Orçamento

Segundo a nossa consulta, o sector agrário vai consumir em 2024 um total de 10.5% do total da despesa do Estado. Em termos numerais, será alocado ao sector, cerca de 40.4 mil milhões de Meticais, dos quais, cerca de 18.5 mil milhões serão recursos externos.

Comparativamente ao ano em curso, a dotação orçamental para a campanha 2023-2024 terá uma redução de perto de sete mil milhões de Meticais, em parte, como resultado da diminuição de recursos externos, em cerca de 10 mil milhões.

Para a campanha 2022-2023, o país teve como recursos externos pouco mais de 28 mil milhões de Meticais, que representaram 46% do total do orçamento do sector, volume que agora reduz, segundo as projecções, para 20% da dotação prevista no PES e OE.

Refira-se que a proposta do PES e OE para o próximo ano já está na Assembleia da República e deverá ser discutida em sessão plenária, até meados de Dezembro corrente.





**Amade Camal**

Colunista

## Desenvolvimento da economia agrária

**D**esenvolvimento significa melhorar a sua qualidade de vida.

Economia agrária entende-se por acrescentar valor aos recursos agrícolas disponíveis, de forma sustentável.

Entre os factores determinantes para o desenvolvimento, destacam-se o Capital Humano, a Terra, a boa gestão, entre outros.

É frequente nos nossos países justificar-se a falta de desenvolvimento pela escassez de capital financeiro, ou seja, o crédito.

Os mais desavergonhados, até pedem doações dos ditos “parceiros” como se fosse possível um país que luta para se desenvolver, “doar” os seus recursos, algumas vezes, esses mesmos recursos, adquiridos de forma conspirativa.

Aprendi ao longo da vida, que a relação entre países é de interesses, não há amizades nem misericórdia. Cabe a cada um defender os seus interesses.

Moçambique tem uma grande parte da sua população (80%), directa ou indirectamente a viver da economia agrária.

Não há país desenvolvido sem uma população desenvolvida.

O sector agrário contribui com 25% do PIB, cuja “riqueza” é calculada, na maior parte, pelo valor da produção primária. O que quer dizer que estes 5 biliões de dólares US, foram produzidos pelo capital humano e a terra. Contudo, a componente de gestão para acrescentar valor, não existe, ou seja, os camponeses e agricultores já fizeram a sua parte, a mais difícil e ariscada, que foi trabalhar a terra, semear, cuidar, ter sorte com o clima e ambiente, e colher a produção.

A questão da comercialização, embalagem, armazenagem, industrialização e cadeia logística, não está estabelecida.

Moçambique já teve o terceiro maior parque agro-industrial da África Subsaariana, muito por “culpa” de cadeias de valor de A Z, como por exemplo, a plantação de algodão em que se aproveitava, desde o caroço para produção de óleo e bagaço, a fibra de algodão que se produ-

zia o algodão cirúrgico, fio de algodão, tecido, estampagem, vestuário para o mercado local e exportação.

A castanha de caju foi outro bom exemplo de cadeia de valor. Desde plantar o cajueiro, a colecta da fruta, da castanha, a fabricação das ferramentas e equipamentos para produção industrial da amêndoa, o processamento da amêndoa com diferentes sabores para o mercado local e exportação.

Estas duas cadeias de valor, garantiam aproximadamente 100.000 postos de trabalho, e acrescentavam valor à produção primária, em todo percurso, gerando riqueza.

Neste momento em que vos escrevo este texto, percebo que em Moçambique perde-se (apodrece) aproximadamente 200 milhões de dólares US, calculado em valor primário, da fruta produzida, por falta de cadeia logística.

Mais grave é que, mercados de consumo, como Maputo, importam fruta e polpa de menor qualidade nutritiva para seu consumo, como por exemplo o ananás, limão, laranja, melancia, tomate, pêssegos, tangerinas, mangas, etc.

Nós os moçambicanos, que estamos sempre a lamentar que não há trabalho, a renda familiar é reduzida, os valores da comercialização dos produtos primários são baixos, os acessos são maus, entre muitas outras lamentações, deveríamos olhar para estas dificuldades, como oportunidades.

As entidades oficiais, como o Governo, dever-se-iam endividar para criar riqueza, ao invés de o fazer para suprir necessidades da despesa e consumo.

Quanto perdemos ou cedemos para conseguir um empréstimo equivalente a 200 milhões de dólares US, que na maioria das vezes é para fazer face a despesas?

Irmãos, cada um de nós deve fazer a sua parte, paremos de procurar culpados.

Não há países ricos, com população pobre ou empobrecida!

A Luta Continua,



**Chókwè: produção de arroz  
aos solavancos**



Produtores de arroz em plena sementeira no Posto Administrativo de Lionde

O distrito de Chókwè, província de Gaza, sonha em voltar a posicionar-se como um dos celeiros nacionais da cultura do arroz. Aos solavancos, os produtores vão fazendo a sua parte na cadeia produtiva, mas esbarram no mesmo problema de sempre: falta de insumos, sementes certificadas e financiamento para a cultura.

Longe do histórico de produção registado ao longo da década de 1980, o distrito entrou para a presente campanha de produção, lançada no início de Novembro, com projecções para a maior colheita do quinquénio.

De acordo com dados oficiais disponibilizados pelas autoridades daquele distrito, a previsão aponta para uma safra com um crescimento de 24%, comparativamente à campanha passada.

“O plano para esta campanha é de uma produção de 17 mil toneladas, contra uma colheita realizada de 11,633 toneladas na época de 2023” disse Cristeza Sitei, chefe da repartição do sector agrário no distrito de Chókwè.

Segundo o plano de cultivo, a época 2023-2024, a área de plantação reduziu de 4500 para quatro mil hectares, contudo, a produtividade por hectare poderá atingir um máximo de cinco toneladas, como resultado da intervenção da empresa paquistanesa que

explora o Complexo Agro-industrial de Chókwè.

“A empresa JAMPUR vai financiar a produção de arroz para dois mil hectares, prevendo atingir um rendimento de cinco toneladas por hectare. Os restantes dois mil hectares, que não serão financiados, prevemos um rendimento de 3.5 toneladas por hectare” explicou a nossa fonte, justificando a redução da área cultivada como uma estratégia adoptada para “facilitar a gestão e aumentar o nível de rendimento por hectare”.

#### Produtores à deriva

O distrito de Chókwè conta com um total de 6298 produtores familiares, que garantem grande parte do volume do arroz que sai daquela região.

José Bongane, um dos produtores com mais expressão no distrito disse, em contacto com a Revista Terra, que os camponeses têm feito a sua parte para ajustar o potencial local para a cultura do arroz, volumes de produção consentâneos, contudo, as dificuldades de acesso aos insumos continua a ser o principal problema.

“Temos grandes dificuldades no acesso a sementes certificadas e insumos, nomeadamente, herbicidas pré-sementeira e pós-sementeira. Estes produtos existem no mercado, mas a maioria dos produtores não têm poder de aquisição” explicou Bongane.

Outro aspecto que os produtores salientam é a falta de financiamento para impulsionar a cultura deste cereal. Na campanha transacta, por exemplo, o distrito não teve qualquer financiamento para a produção do arroz.

“O financiamento é outro problema. Veja que até para prepararmos a terra, acabamos nos limitando àquilo que podemos, porque os custos de aluguer de uma máquina é alto” disse um dos produtores

**“Temos grandes dificuldades no acesso a sementes certificadas e insumos, nomeadamente, herbicidas pré-sementeira e pós-sementeira”**





**Adelino Buque**  
Colunista

## Porquê temos extensas áreas de terra ociosa!?

### “Artigo 109 (Terra)”

1. A Terra é propriedade do Estado;  
2. A Terra não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada;  
3. Como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todos os Moçambicanos.”

In Constituição da Republica de Moçambique.

### “ARTIGO 3 (Princípio geral)”

1. A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada. 3 ARTIGO 4 (Fundo estatal de terra) Na República de Moçambique, toda a terra constitui o Fundo Estatal de Terras.

ARTIGO 18 (Extinção do direito de uso e aproveitamento da terra)

2. O direito de uso e aproveitamento da terra extingue-se: a) pelo não cumprimento do plano de exploração ou do projecto de investimento, sem motivo justificado, no calendário estabelecido na aprovação do pedido, mesmo que as obrigações fiscais estejam a ser cumpridas; b) por revogação do direito de uso e aproveitamento da terra por motivos de interesse público, precedida de pagamento de justa indemnização e/ou compensação; c) no termo do prazo ou da sua renovação; d) pela renúncia do titular. 2. No caso de extinção do direito de uso e aproveitamento da terra, as benfeitorias não removíveis reverterem a favor do Estado.”

### In LEI DE TERRAS Lei nº 19/97 De 1 de Outubro

Ora, hoje, pretendo abordar a questão da Terra na perspectiva de propriedade e ou de Direito de Uso e Aproveitamento. Como se pode ver, a Constituição da República de Moçambique, no seu nº 1 do Artigo 109, diz de forma clara que, “a terra é propriedade do Estado”. No seu nº 2 diz que “a terra não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada”.

Estas premissas são retomadas pela Lei nº 19/97 de 01 de Outubro e, serve de “guarda-chuva” para tudo quanto se possa pensar sobre o DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra.

Então, como se justifica que, grandes extensões de terra, em lugares privilegiados, com passagem de rios, lugares próprios para a produção agrícola continuem mal aproveitados ou simplesmente não aproveitados?!

Esta é a questão que o comum cidadão coloca, uma vez que, a Lei nº 19/97 de 01 de Outubro estabelece, na sua alínea a) do Artigo 18), que pode ocorrer a extinção do Direito e Uso e Aproveitamento da Terra pelo não cumprimento do plano de exploração, ou do projecto de investimento, sem motivo justificativo, mesmo com obrigações fiscais cumpridas. Então, o

que é que está a falhar neste capítulo!

Realmente, é espantoso que, Moçambique continue com extensas áreas de terra por explorar e, paradoxalmente, esteja a importar produtos agrícolas facilmente produzíveis em Moçambique. Este assunto de Uso e Aproveitamento de Terra, caso não seja encarado com responsabilidade, pode tornar o País definitivamente dependente de importações e duas coisas poderão concorrer para o efeito.

A primeira, é que, a terra não utilizada, sobretudo próximo dos rios e de onde desaguardam, pode provocar a intrusão salina, o que tornará bastante onerosa a sua utilização, devido a correção dos solos.

A segunda questão é que, os solos não usados por muito tempo, desenvolvem arbustos, que se tornam árvores e, mais tarde, matas densas e, para a sua preparação, irá exigir, o desmatamento, destronca e só depois as lavouras propriamente ditas.

Esta operação requer máquinas pesadas que Moçambique não tem, e se tem, são bastante caras e os produtores nacionais dificilmente poderão pagar o seu custo.

Sendo assim, porquê o Estado não aplica a Lei de Terra, no que está previsto na alínea a) do artigo 18?!

É muito simples: as áreas com maior potencial produtivo agrícola, neste momento são tuteladas por figuras da nomenclatura política, ligadas ao partido Frelimo, que é simultaneamente o partido libertador e governamental.

Essa nomenclatura ou elite política do partido Frelimo, não tendo conhecimento e capacidade para produzir nessas terras, espera, a qualquer momento, por alguém que queira arrendar ou criar sociedade e, infelizmente, este objectivo não tem sido alcançado, por várias razões, sobretudo, que se prendem com o custo de produção e a desorganização do mercado.

Dito de outra forma, qualquer agricultor comercial que se preze, para produzir, precisa de ter certeza sobre o destino da sua produção.

O agricultor comercial não produz para depois procurar o mercado. Ele produz em função daquilo que o mercado demanda e tem a certeza de entrega e recebimento a tempo útil. Estes são, diria, os grandes obstáculos que os nossos proprietários de DUATs tem para a prossecução dos seus interesses com a apropriação da terra.

Como sairmos deste ciclo!

A saída deste ciclo depende da coragem das autoridades governamentais do dia. A área de Terra e Ambiente, ou outra designação, conforme o que se achar oportuno, deve fazer aplicar a Lei de Terras à letra. Caso isso aconteça, os actuais titulares do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra irão “libertar” a terra, porque está mais que provado que não possuem capacidade de fazerem o uso, como também, não tem meios financeiros para o investimento.

Ora, sem esses dois pressupostos, a única saída que antevêjo é a devolução da Terra ao Estado, para que o Estado possa alocar a outros interessados com capacidade.

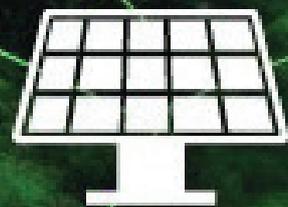
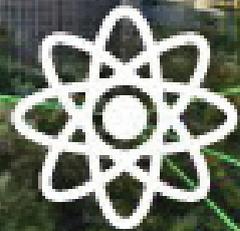


GO

2

# P 28

023





# COP 28: o planeta à espera de decisões de Dubai

Cimeira do ambiente arranca num misto de expectativas que mais se resumem numa questão que vale um milhão: perante os alarmes que há muito soam sobre o futuro, será desta que sairão compromissos para acções práticas em prol do clima (?)

Chefes de Estado e de governos, diplomatas e representantes de organizações da sociedade civil de todo o mundo estão reunidos desde o dia 30 de Novembro na capital dos Emirados Árabes Unidos (Dubai), na vigésima oitava Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28) que, mais uma vez, vai tentar reverter a direcção de catástrofe ambiental prevista, como consequência do aquecimento global.

Até ao dia 12 de Dezembro, o mundo estará com as atenções nesta cimeira, que tem como principais objectivos, discutir a crise climática global, tendo como lema, “Unir, Actuar, Entregar Resultados”.

No pacote dos debates da Conferência, estão, também, temas como a transição energética, o mercado de crédito de carbono e o monitoramento das emissões de gases efeito estufa.

No meio de alertas de cientistas e espe-

cialistas sobre risco iminente de catástrofe global a Conferência vai tentar (novamente) activar os estados, sobretudo os mais ricos, para a urgência de uma acção climática global para salvar o planeta, tendo como uma das principais medidas, a implementação prática do Acordo de Paris.

“A COP28 é uma excelente oportunidade para repensar e reorientar a agenda climática. Juntos, priorizamos os esforços para acelerar as reduções de emissões por meio de uma transição energética pragmática, reformar o uso da terra e transformar os sistemas alimentares”.

“Trabalharemos para mobilizar soluções para países vulneráveis, operacionalizar perdas e danos e realizar a Conferência mais inclusiva possível”, disse o Sultão Ahmed Al Jaber, presidente da COP28.

***A COP28 é uma excelente oportunidade para repensar e reorientar a agenda climática. Juntos, priorizamos os esforços para acelerar as reduções de emissões por meio de uma transição energética pragmática.***

### Moçambique na Cimeira

A presença de Moçambique será liderada pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, que leva à COP 28, a Estratégia Nacional de Transição Energética.

Trata-se de um documento que ao nível nacional ainda não é do domínio público, mas que, segundo consultas feitas pela Revista Terra, destaca as potencialidades na área das energias renováveis e recursos de gás natural.

Para a transformação destes activos e colocá-los ao serviço do movimento global pela sustentabilidade climática, Moçambique aponta como necessidades, investimentos estimados em 80 mil milhões de dólares.

Segundo apuramos, a estratégia nacional apresenta quatro pilares fundamentais, nomeadamente, a “expansão significativa da capacidade de energia renovável, promoção da industrialização verde, fomento do acesso universal à energia e descarbonizar os transportes através de biocombustíveis, veículos eléctricos e transporte ferroviário”.

Para além de partilhar a Estratégia de Transição Energética, Moçambique vai promover as experiências em curso nas áreas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com informações oficiais, durante a sua presença na COP 28, Filipe Nyusi vai ainda presidir a dois eventos paralelos onde vai advogar sobre as “Oportunidades de Investimento na Energia de Moçambique” e os “Progressos e Limitações na Implementação do Quadro de Sendai sobre a Redução de Riscos de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas”.

### Transição faseada

O director da OXFAM em Moçambique, Romão Xavier, considera que a COP 28 deve servir de oportunidade para o país advogar por uma transição energética justa.

Segundo a fonte, que falava em exclusivo à Revista Terra, Moçambique é exemplo de um país que contribui, “quase nada para as Mudanças Climáticas” mas que “sofre muito mais do que aqueles que contribuem”, sendo que deve usar a Cimeira de Dubai, para se juntar aos países do chamado Sul Global, para defender a necessidade de se reverter a situação.

“Para nós, como OXFAM, a prioridade seria o país se juntar aos outros países na mesma situação, e mostrar ao mundo que para haver uma justiça na transição energética, na transição climática, aque-

les países que contribuem muito para o efeito das Mudanças Climáticas deveriam ser responsabilizados primeiro para reverter a situação” frisou.

Por outro lado, o director da OXFAM considera que o Governo moçambicano deve advogar na cimeira, para um processo faseado, pois, só assim se pode alcançar um processo justo.

“Moçambique, como muitos países em desenvolvimento, ainda tem desafios básicos. Um dos desafios é o acesso à energia de qualidade e a custos que as pessoas possam suportar. Este discurso deve entrar na narrativa global sobre a transição energética”. Deste modo, julgo que o país deve realçar que quer avançar na agenda global de transição para fontes mais limpas e sustentáveis, “no entanto, temos que fazer isso assegurando que, aqueles que não têm energia para as diversas necessidades, tenham acesso a um custo comportável”.

“Poderia haver um processo faseado em que aqueles que ainda não têm energia, possam ser permitidos usar fontes não renováveis, aquelas fontes transitórias. Portanto, esse é um discurso que o País poderia levar para alimentar esta narrativa toda de transição energética”, frisou.



# Reforma legal fecha cerco à exportação de madeira em toros

A Assembleia da República (AR) aprovou, recentemente, a revisão da Lei de Florestas e Fauna Bravia, que introduz reformas visando melhorar a gestão e assegurar o uso sustentável dos recursos florestais no país.



A revisão, aprovada a 22 de Novembro, tem como uma das principais novidades, o fim das excepções que eram que até então vinham vigorando na exportação de produtos florestais.

Enquanto na antiga legislação o banimento era exclusivo à madeira em toros e vigas de espécies nativas, a reforma recém aprovada, determina a proibição total da exportação de madeira em toros e carvão vegetal de qualquer espécie em todo o território nacional.

Por outro lado, no que diz respeito à exploração florestal, a nova legislação extingue o regime de exploração por licença simples, que já era considerado insustentável e fonte de proliferação de licenças e autorizações ilícitas, sobreposição e conflitos entre os operadores.

“A revisão da Lei de Florestas e Fauna Bravia permitirá uma correcta gestão, uso sustentável e valorização dos recursos florestais em prol do bem-estar das actuais e futuras gerações e responder,

de forma adequada, aos desafios”, justificou a Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, na sua argumentação em defesa da revisão.

Ao nível da protecção e conservação, a legislação introduz emendas que determinam que “as reservas florestais, as florestas e ecossistemas sensíveis (mangais), as árvores de valor histórico e social passam a ter o tratamento de património protegido, ao abrigo da Lei de Conservação”.

Com base nas reformas introduzidas, a exploração, comercialização e exportação ilegal dos recursos florestais passa a ser punida com penas de prisão que variam de um a cinco anos, para além de multa correspondente.

## Produção de carvão e lenha

Com uma área florestal que representa cerca de 40 por cento do território nacional e fonte de sobrevivência para grande parte da população rural, em particular,

o Governo salvaguarda com a nova legislação, o direito das comunidades de uso sustentável dos recursos florestais como matéria-prima para diversos fins, com destaque para a produção de lenha e carvão vegetal, apontadas como principais causas da devastação.

“No domínio da exploração de lenha e carvão vegetal estabelece-se a obrigatoriedade de produção de lenha e carvão vegetal a partir de espécies exóticas (eucalipto, pinheiro, etc)”.

“Criam-se assim incentivos para o sector privado interessado em desenvolver plantações florestais para fins energéticos” estabelece a nova lei”.

Ao nível institucional, a principal novidade é a criação de uma entidade autónoma que se vai encarregar pela gestão e administração do património florestal, o que, segundo o Governo, “vai reduzir a actual dispersão de atribuições e competências nos níveis central, provincial e em alguns casos o distrital”.

# Falta de informação climática afecta produção nas comunidades rurais

Um estudo sobre a escassez de alimentos nas comunidades rurais no país, aponta a falta de acesso à informação climática decorrente da ocorrência de eventos climáticos extremos, como uma das causas.

O estudo, intitulado “determinantes da escassez de alimentos e estratégias de sobrevivência no sector familiar” teve como áreas de análise os distritos de Nicoadala, Morrumbala e Gurúè, na província da Zambézia.

Segundo sustenta, prevalece a “dependência climática dos principais sistemas de produção praticados pelos pequenos produtores” bem como “a sua percepção dos riscos climáticos, a qual dita o nível de preparação para fazer

face a diversas ameaças”.

Para além da falta do acesso à informação sobre fenómenos climáticos, a avaliação, produzida por dois investigadores do Observatório do Meio Rural (OMR), nomeadamente, Nhemias Lasse e Máriam Abbas, aponta a redução das áreas de cultivo, “baixos níveis de escolaridade e estratégias de sobrevivência no sector familiar” como determinantes.

Um dos aspectos destacados no estudo é a “prevalência da escassez de alimentos, tanto no período anterior e pós-colheita, facto que indica a elevada vulnerabilidade dos pequenos produtores à insegurança alimentar”.



## Estudo revela potencialidades da *Mulala* no combate a doenças

Um estudo da *Euclea natalensis* (mais conhecida por *Mulala* na região Sul do país) revela as potencialidades daquela raiz como alternativa para o combate à *Candida albicans* e *Streptococcus pneumoniae*, doenças que se têm mostrado resistentes a antimicrobiana.

Os resultados da pesquisa indicam que a planta tem validade, uma vez que contém saponina e tanino, substâncias que servem de inibidores para o alastramento da *Candida albicans*, micror-

ganismo causador da candidíase oral, doença manifestada por meio de feridas na região da boca.

Com base nestes resultados, os autores do estudo, nomeadamente, Rosa Chamba e Lázaro Cuinica do Centro de Saúde de Monapo, em Nampula, pretendem avançar para encontrar condições para o isolamento da substância activa e criar uma formulação aceitável de pasta dentífrica e fármacos à base desta planta.

## Banhine já controla animais por GPS

As autoridades do Parque Nacional de Banhine, em Gaza, desdobram-se em acções de controlo via GPS, dos animais no interior daquela área de conservação no quadro de combate à caça furtiva.

A acção envolve na sua maioria animais de grande porte a exemplo de elefantes e leões, que são colocados colares, que estão conectados a GPS e visa acompanhar em tempo real a movimentação destes bravios considerados de grande risco à caça furtiva.

O Administrador do Parque Nacional de Banhine, Abel Nhabanga, diz que o sistema montado para controlar paquidermes e felinos pode igualmente contribuir para a tranquilidade naquela área de conservação e reduzir significativamente o conflito homem fauna bravia.

Segundo Nhabanga, decorre paralelamente a esta actividade a formação permanente de fiscais por forma a adoptar novas técnicas de combate à caça furtiva.

“Esse controlo via satélite está associado a um Softwer instalado na sede, chamado Half Ranger, que mostra, através de um monitor, onde os animais estão e como se movimentam, o que nos permite antecipar os estragos que eles fazem, destacando forças para ajudar as comunidades na sua mitigação”- disse Nhabanga.

O administrador do Parque Nacional de Banhine acrescentou que aliado àquele sistema, decorre formação constante dos fiscais, em termos de técnicas de mitigação do conflito, com o envolvimento das comunidades locais.

# Aprovada criação do fundo para compensar perdas e danos climáticos

Cerca de 200 países representados na 28.<sup>a</sup> conferência da ONU sobre o clima (COP28), aprovaram hoje a criação de um Fundo para apoiar os países mais afectados pelas alterações climáticas.

Trata-se do fundo de compensação de perdas e danos climáticos que já atraiu promessas de financiamento de cerca de 500 de dólares de contribuição da União Europeia (225 milhões de euros, Emirados Árabes Unidos (USD 100 milhões),



Grã-Bretanha (40 milhões de euros), Estados Unidos da América (17,5 milhões de euros) e 10 milhões de euros do Japão.

Apesar do reconhecimento de que o valor já prometido está ainda longe do necessário, o acordo já é descrito como histórico.

“Hoje fizemos história”, afirmou Sultan Al Jaber, presidente da COP28, após o anúncio dos compromissos.

PUB

## Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções aos nossos clientes

### CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

[sales@rotundaplanthire.co.za](mailto:sales@rotundaplanthire.co.za)

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398

Webpage: <https://rotundaplanthire.co.za/>





**Revista Terra**

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta  
M Telef.: +258842399758, +258847344482  
e +258821233910

Email: [terramagazinemz@gmail.com](mailto:terramagazinemz@gmail.com)